TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

NOME:	<u> </u>		Nacionalidade:		
ESTADO CIVIL:IE		IDENTIDADE:	CPF:	CPF:	
ENDER	EÇO:		DAT	A NASC.:	
				NES:	
INSTITU	JIÇÃO ESPÍRITA:		E-MAIL:		
Nature: 1 Tra	za Voluntária em favor d Objeto: abalho Voluntário junto a	a nome da instituição , CNPJ	Lei nº 9.608, de 18/02/1998, co , que consistirão em:	ompromete-se a prestar Serviços de	
ind	leterminado, ficando a	s partes dispensadas de qua sinteresse na continuidade da		controle de frequência, por prazo mplique em qualquer espécie de rmo.	
a)	dentro das condições acima estipuladas possui disponibilidade de tempo e capacidade física e emocional para o desempenho das atividades para as quais ora se compromete;				
b) c)	está ciente de que os serviços acima descritos serão prestados <u>de forma voluntária</u> , sem percepção de remuneração bem como da <u>inexistência de vínculo empregatício</u> , nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim; está ciente de que o ressarcimento de eventuais despesas realizadas em razão do desempenho das atividades, somente será feito se as mesmas forem expressamente autorizadas, por escrito, pela entidade beneficiária dos serviços, nos				
d)	limites desta autorização e mediante prestação de contas; na hipótese de o desempenho das atividades ora compromissadas virem a acarretar danos a terceiros, se decorrentes de dolo ou culpa, manifesta ciência de que poderá ficar sujeito a arcar com os consequentes prejuízos.				
e) 4	autoriza seus dados fio quais se destinam. O voluntário prestará	arem arquivados em banco d		utilizados somente para os fins aos	
 Assinat RG	Curitiba, ura do Voluntário				
Responsável pela Instituição		 1ª Testemunha		emunha	

LEI № 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998 – DISPÕE SOBRE O SERVIÇO VOLUNTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Considera-se Serviço Voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a Instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade

Parágrafo único. O Serviço Voluntário não gera vínculo, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

- Art. 2º O Serviço Voluntário será exercido mediante a celebração de Termo de Adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do Serviço Voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.
- Art. 3º O prestador do Serviço Voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das Atividades Voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestada o Serviço Voluntário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília 18 de Fevereiro de 1998

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO